

Sociedade civil discute casamentos prematuros



Parte dos participantes na reunião de reflexão sobre casamentos prematuros

GOVERNO, sociedade civil e organizações que trabalham em prol da defesa dos direitos da rapariga sentaram-se na última sexta-feira à mesma mesa, na cidade de Xai-Xai, para em conjunto delinear estratégias que concorram para a rápida erradicação dos casos de casamentos prematuros em Gaza.

A iniciativa, sob a égide do gabinete do esposo da governadora de Gaza, em parceria com a Visão Mundial, visava, essencialmente,

despertar a sociedade para que se posicione com maior determinação contra a prevalência de união forçada da rapariga em casamentos prematuros.

O referido fórum, que juntou mais de 110 participantes oriundos de todos os distritos de Gaza, entre administradores distritais, personalidades influentes, bem como representantes de redes de organizações que trabalham em prol da protecção da criança,

visava, segundo fontes ligadas ao evento, juntar sinergias para o combate àquele mal social.

A cada membro da sociedade cabe, doravante, a sua participação agir de forma determinada para que este tipo de práticas, que compromete o desenvolvimento são da rapariga, seja prevenido e combatido de forma enérgica.

Falando no decurso dos trabalhos, Stella Pinto Zeca, governadora de Gaza, apelou igualmente

à sociedade para que não continue a assistir impávida e serenamente aos adultos que abusam sexualmente as raparigas, solicitando assim a contribuição de todos nesse sentido, sem excepção.

“Os seminários e reuniões deste género são bem-vindas para a concertação das estratégias de actuação entre todas as partes envolvidas no combate aos casamentos prematuros, porém, apelamos para que avancem de palavras para acções concretas”, instou a governadora de Gaza.

A governante disse que, no final do seminário, deverá ser privilegiada uma reflexão profunda sobre os melhores mecanismos para que haja maior frequência e permanência das crianças na escola, em particular as do sexo feminino.

“As consequências dos casamentos prematuros são totalmente repudiáveis, pois, para além de contribuírem para o atraso da rapariga na escola e sua permanência e conclusão do sistema educativo, concorrem igualmente para a violação dos Direitos Humanos e da Criança”, indicou Stella Zeca.

Segundo ela, estas práticas colocam as raparigas numa situação de elevado risco, de violência e doenças, prejudicando todo um processo de potenciais oportunidades que elas deviam ter por, priva-las, muitas das vezes, dos seus direitos à saúde, educação, desenvolvimento e igualdade de género.